



**Crátilo: Revista de Estudos Linguísticos e Literários (ISSN 1984-0705)**  
Patos de Minas: UNIPAM (2): 9-15, nov. 2009

---

## A relatividade ética em “Conto de escola”: proximidade entre Machado de Assis e o pensamento montaigniano

Ana Graziela Cabral

UNIPAM, 5.º período de Letras, 2008. e-mail: aninhagra@hotmail.com

Bruna Pereira Caixeta

UNIPAM, 1.º período de Letras, 2008. e-mail: brunapereiracaixeta@gmail.com

Orientação: Prof. Carlos Roberto da Silva (UNIPAM)

---

**Resumo:** Serão feitas, neste estudo, algumas reflexões obtidas da relação entre o “Conto de escola”, de Machado de Assis, e o ensaio de Michel de Montaigne “Da educação das crianças”, reflexões essas que tiveram como escopo avivar questionamentos sobre a relatividade da ética, do ponto de vista de diferentes personagens do conto.

**Palavra-chave:** educação - ética - oral - corrupção.

---

### Introdução

Faz-se doravante a análise do “Conto de escola”, de Machado de Assis, utilizando, para tanto, o ensaio “Da educação das crianças”, de Michel de Montaigne, em que ele pontua sobre os objetivos da educação, sendo que tal ensaio será utilizado não para apreender seus preceitos, mas, sim, para lhe entender o espírito, conforme ele mesmo recomenda. Com base no exposto, pretende-se discutir as noções de ética presentes no conto, a partir do ponto de vista do aprendiz e do educador; inventariar alternativas de transmissão do conhecimento, no que tange às formas de abordagem gramaticais e às punições empregadas; evidenciar um momento de transição entre a infância, caracterizada pela ingenuidade, e a fase adulta, marcada pela corrupção de valores, que se apresenta no conto por meio de diversos símbolos.

Por fim, a referida análise torna-se oportuna por apresentar conteúdo pertinente, no que diz respeito às contínuas discussões acerca dos métodos de ensino e dos valores

ético-morais. Além disso, cabe salientar a vitalidade do texto montaigniano que, embora tenha sido escrito no século XVI, é um texto atemporal, com o qual o leitor possivelmente se identifica, e que sugere a formação de um sujeito que se fundamenta, que pensa criticamente, sem aceitar o irrefutável. Da mesma forma Machado de Assis, em sua inadequação a uma estética específica, utiliza recursos de sondagem interior a fim de descrever particularidades intrínsecas ao homem.

### **Averiguação da ética em Machado**

Machado de Assis (1839-1908), um dos mais ilustres escritores no seu tempo e no atual, fez uma leitura grave de fatos cotidianos, utilizando-se de um estilo sutilmente irônico, por meio do qual extraiu o cerne daquilo que observava, demorando-se em aspectos voltados para o psicológico do ser humano, com pensamentos capazes de ressaltar as limitações humanas, sob os mais diversos aspectos a que os mesmos se submetem no decorrer da vida. Fora julgado por alguns críticos, como sendo um escritor pessimista, no que se refere às questões da vida humana, mas, se analisada pormenorizadamente, vê-se a realidade.

A esses moldes, Machado elaborou o “Conto de escola”, em que o aluno Pilar, indeciso entre ir ou não à escola, opta pela primeira opção, por temer a sova tradicional que recebia de seu pai em dias que cabulava aula. Já na sala de aula, ele é interceptado por Raimundo, filho do professor Policarpo, que lhe propõe uma troca de favores, na qual Pilar receberia uma moeda antiga em troca de uma explicação na lição de sintaxe. Como consequência da negociação dos dois, houve, por parte de Curvelo, um aluno expectador, a denúncia do fato ao professor Policarpo, que lhes repreendeu severamente com a palmatória e com sermões.

Utilizando-se de uma temática extremamente simples, Machado põe em pauta uma discussão acerca de um dos valores sociais mais representativos, a ética, demonstrando-a por meio das atitudes dos personagens, resumidamente citadas. Isso pode ser visto, por exemplo, logo quando Raimundo propõe a Pilar o escambo da moeda. Se considerarmos sob o enfoque dos meninos, a atitude de ambos justifica-se pelo fato de que eles apenas queriam, ingenuamente, resolver suas questões, que, para Raimundo, consistia na resolução da lição, enquanto, para Pilar, significava a simples satisfação do desejo de possuir a moeda, desejo esse suscitado no instante da ação.

Entretanto, temos de observar ainda dois pormenores distintos: o primeiro referente ao Curvelo, que por considerar ilícito o comportamento dos colegas, delata-os; e o segundo consoante ao professor Policarpo, que pune os delatados sem levar em consideração suas razões subjetivas, e sem julgar a atitude do delator.

A visão do que seria ética para as quatro pessoas do contexto é distinta. Sobre isso inserimos o ponto de vista de Montaigne, extraído de um artigo de Divino José da Silva

(2007), acerca da possibilidade de se instituir uma verdade ética irrefutável, afirmação essa que Montaigne contradiz, nos dizeres de Divino:

Sobre a possibilidade de o homem construir uma moral a partir da qual se pudesse divisar o bem absoluto, como fora postulado pela Filosofia até aquele momento, Montaigne não acredita nisso, posto que nenhum comportamento moral é eterno, mas está sujeito às contingências de um país ou de um povo [...]. O autor relativiza os costumes e, com eles, a moral. Neste caso, o agir correto define-se pela observância dos costumes de cada povo e pelo aperfeiçoamento do bom senso e da virtude da moderação (SILVA, 2007, p. 109).

Em suma, a partir da análise das reações de cada personagem, confrontadas à idéia de ética absoluta de Montaigne, conclui-se ser o conceito de ética relativo. Assim, as atitudes de Pilar e Raimundo são justificáveis, se levarmos em consideração que o último, por se sentir inseguro em relação ao professor e por não ter a liberdade de buscar a sua ajuda para a lição, procura outra forma, tida como ilícita, para resolvê-la. Seu temor com relação ao pai evidencia-se no fragmento “o ponto da lição era difícil, e que o Raimundo, não o tendo aprendido, recorria a um meio que lhe pareceu útil para escapar ao castigo do pai” (ASSIS, p. 74, 1996). Afinal, se ele não resolvesse a lição, de qualquer forma seria punido pelo professor. Em vista disso pede ajuda de Pilar.

Já Pilar, embora seduzido pela vontade de obter a moeda, não o faz com pretensões comerciais, mas, sim, pelo gosto infantil de possuir um objeto incomum para uma criança e pelo fato inédito de ser recompensado. Além disso, é pertinente observar que, em outras ocasiões, sem nenhum artifício de troca, Pilar já havia ensinado a lição a Raimundo, mesmo que com menos vontade. Comprova-se o dito pelo fragmento “se me tem pedido a coisa por favor, alcançá-la-ia do mesmo modo, como de outras vezes, mas parece que era lembrança das outras vezes, o medo de achar a minha vontade frouxa ou cansada” (ASSIS, p. 74, 1996).

Curvelo, por sua vez, parece agir em nome da ética; no entanto, tem uma atitude mesquinha por delatar seus colegas de sala. Ele demonstra, com isso, o interesse de se autopromover frente ao professor; afinal, este é a favor do modo de agir de Curvelo, por considerar correta e ética a delação de algo tido como errado. Os próprios antecedentes de Curvelo, que demonstram não ser ele um aluno muito correto e até “um pouco levado do diabo” (ASSIS, p. 72, 1996), deveriam pesar na consideração do ato de denúncia.

Ponderando sobre as alternativas de transmissão do conhecimento no conto machadiano, tem-se a impressão de que, por ser tratar do período regencial no Brasil, predominava o ensino tradicional, em que o aluno era um mero espectador, não podendo nem mesmo manifestar suas dúvidas, obrigado, assim, a resolver por si só a lição. O conto passa a impressão de que os alunos aprendiam estudando individualmente e diretamente no livro, sem a mediação do professor. Montaigne expõe alguns atos dos quais os preceptores deveriam se valer, para obterem uma educação eficiente. Para ele, os preceptores

não cessam de nos gritar aos ouvidos, como que por meio de um funil, o que nos querem ensinar, e o nosso trabalho consiste em repetir. Gostaria que ele corrigisse este erro, e desde logo, segundo a inteligência da criança, começasse a indicar-lhe o caminho, fazendo-lhe provar as coisas, e as escolher e discernir por si próprio, indicando-lhe por vezes o caminho certo ou lho permitindo escolher. Não quero que fale sozinho e sim que deixe também o discípulo falar por seu turno [...] (MONTAIGNE, p. 151, 1996).

Arraigado ao método de ensino da escola tradicional está o fato de que o professor era a autoridade máxima, sendo que apenas ele expunha as suas concepções. Assim, a única oportunidade de fala dada ao aluno seria para repetir o dito pelo professor ou o escrito no livro, criando uma cultura de decorar as disciplinas, tornando subserviente o aluno. Sobre isso Montaigne enfatiza que “saber de cor não é saber: é conservar o que se entregou à memória para guardar. Do que sabemos efetivamente, dispomos sem olhar para o modelo, sem voltar os olhos para o livro. Triste ciência a ciência puramente livresca!” (MONTAIGNE, 1996, p. 153).

Referindo-se às formas de punição empregadas no conto, tanto pelo pai de Pilar, quanto pelo professor Policarpo, conclui-se que nada mais são do que covardes e desprovidos de qualquer fundamento ético na concepção contemporânea, que defende a utilização do diálogo como forma de resolver os impasses. Até porque as sovas das quais Pilar é vítima não o faziam deixar de cabular aula, e os golpes de palmatória que ele e Raimundo receberam não lhes resolviam os problemas nem lhes ensinavam valores. Nem Raimundo aprenderia a lição, tampouco Pilar deixaria de desejar a moeda. Montaigne explicita seu pensamento sobre a forma incorreta de punição, e convida:

Ide ver estes colégios nas horas de estudo: só ouvireis gritos de crianças martirizadas e de mestre furibundos. Linda maneira de acordar o interesse pelas lições nessas almas tenras e tímidas, essa de ministrá-las carrancudo e de chicote nas mãos! Que método iníquo e pernicioso! E observa muito bem Quintiliano que uma autoridade que se exerce de modo tão tirânico comporta as mais nefastas conseqüências, em particular pelos castigos. Como seriam melhores as classes se juncadas de flores e folhas e não de varas sanguinolentas (MONTAIGNE, 1996, p. 164).

Assim sendo, pode-se ultimar o aspecto punitivo como um valor intrínseco ao ensino tradicional, tendo o aluno cometido algum erro ou não. A própria postura do professor já ilustra uma atitude repressiva característica de tal contexto. A autoridade, várias vezes expressa no conto, é a forma mais representativa do comportamento coercivo, que conserva os alunos em uma condição passiva. Acerca disso, Cícero assegura: “Na maior parte das vezes a autoridade dos que ensinam é nociva aos que desejam aprender” (apud MONTAIGNE, 1996, p. 151).

Na perspectiva da abordagem gramatical citada no conto, vê-se que a forma de abordagem do conteúdo proposta por Policarpo sugere que não há um diálogo entre a língua e o uso que dela se faz, mas apenas um ensino engessado e arcaico da gramática, em

que não há uma reflexão do conteúdo, mas apenas uma retenção de informações. Para isso, Montaigne aconselha os professores em relação ao aprendiz “que não lhe peça conta apenas das palavras da lição, mas também do sentido e substância, julgado do proveito, não pelo testemunho da memória e sim pelo da vida” (MONTAIGNE, p. 163, 1996).

Dessa feita, as especificidades dos educandos eram desconsideradas, sobretudo pelo fato de haver alunos com idades distintas, e conseqüentemente que pensam diferente, em uma mesma sala. Outra vez Montaigne menciona sobre o comprometimento do professor:

Quanto aos que, segundo o costume, encarregados de instruir vários espíritos naturalmente diferentes uns dos outros pela inteligência e pelo temperamento, a todos ministram igual lição e disciplina, não é de estranhar que dificilmente encontrem em uma multidão de crianças somente duas ou três que tirem do ensino o devido fruto (MONTAIGNE, 1996, p. 151).

Ao passo que, no conto em questão, o conflito se dá devido a “um ponto da lição de sintaxe” (ASSIS, 1996, p. 74), tem-se a impressão de que o professor é negligente ao não oferecer a devida atenção: “Olhei para o mestre, que continuava a ler, com tal interesse, que lhe pingava o rapé do nariz” (Id.). Sente-se, a partir da análise prévia, um desinteresse por parte do professor em relação ao ensino, que leva a crer que ele não tem apreço pela função que desempenha. Isso fica evidente no fragmento “nem o mestre fazia caso da escola; este lia os jornais, artigo por artigo, pontuando-os com exclamações, com gestos de ombros, com uma ou duas pancadinhas na mesa” (ASSIS, 1996, p. 76).

Em análise última, não menos significativa, diz-se acerca da corrupção de valores humanos, que é o ápice do conto. Nesse sentido, presentifica-se a figura da moeda, simbolizando um objeto de sedução, artifício para a corrupção. Embora a aceitação desse objeto tenha sido, de certa forma, ingênua, ele desencadeia o primeiro contato dos meninos com o mundo comercial. Desse modo, as sensações, sentidas pelo personagem, são alegadas no trecho:

Tive uma sensação esquisita. Não é que eu possuísse da virtude uma idéia antes própria de homem; não é também que não fosse fácil em empregar uma ou outra mentira de criança. Sabíamos ambos enganar ao mestre. A novidade estava nos termos da proposta, na troca de lição e dinheiro, compra franca, positiva, toma lá, dá cá; tal foi a causa da sensação. Fiquei a olhar para ele, à toa, sem poder dizer nada (ASSIS, 1996, p. 74).

A partir dessas alusões fica nítida a capacidade de percepção e descrição de Machado de Assis referente aos sentimentos humanos, em que ele parece adentrar na psique do personagem, por meio de uma observação profunda que se estabelece do exterior para o exterior.

No final do conto surge um novo elemento de sedução que parece desvincular Pilar da imagem da moeda. Novamente põe-se em discussão o que fere ou não a visão de ética tradicional; afinal, quando Pilar abre mão de ir à escola para seguir o tambor, ao mesmo

tempo ele foge de uma instituição que deveria ensinar valores positivos, mas que, no entanto, propiciou-lhe o primeiro contato com uma atitude corrupta.

O tambor simbolizaria a liberdade de Pilar, a ligação com a ingenuidade da infância, de um menino que foge às responsabilidades institucionalizadas, para buscar a liberdade fora dos muros da escola e manter a alma pura, livre de ressentimentos:

Na rua encontrei uma companhia do batalhão de fuzileiros, tambor à frente, rufando. Não podia ouvir isto quieto. Os soldados vinham batendo o pé rápido, igual, direita, esquerda, ao som do rufo; vinham, passaram por mim, e foram andando. Eu senti uma comichão nos pés, e tive ímpeto de ir atrás deles. Já lhes disse: o dia estava lindo. E depois o tambor... olhei para um e outro lado; afinal, não sei como foi, entrei a marchar também ao som do rufo, creio que cantarolando alguma coisa: *Rato na casaca...* não fui à escola, acompanhei os fuzileiros, depois enfiei pela Saúde, e acabei a manhã na Praia da Gamboa. Voltei para casa com as calças enxovalhadas, sem pratinha no bolso nem ressentimento na alma. E contudo a pratinha era bonita e forma eles, Raimundo e Curvelo, que me deram o primeiro conhecimento, um da corrupção, outro da delação; mas o diabo do tambor... (ASSIS, 1996, p. 79).

A moeda estaria para a corrupção de valores, assim como o tambor estaria para libertação da alma. As próprias reticências que acompanham os momentos em que o tambor é citado são um artifício para simbolizar a libertação da alma humana das amarras de valores ético-morais forjados. O tambor é a inquietação da alma que não quer se submeter às obrigações sociais que lhe são impostas, mesmo sabendo que elas são processos inerentes ao viver humano.

## **Conclusão**

Ao findar o trabalho sobrescrito, conclui-se ser o conceito de ética dicotômico, em virtude do olhar de cada personagem. Em vista disso, é recomendável que o professor que está inserido na nova escola que se configura no século XXI tenha em vista os preceitos metaforicamente abordados por Machado e outrora puramente mencionados por Montaigne. Cabe ao professor lidar com as peculiaridades de cada aluno, no sentido de não arrefecer os ânimos diante das dificuldades e obstáculos vivenciados durante o processo de formação dos mesmos.

Esta pesquisa faz jus ao centenário da morte de Machado de Assis, bem como reitera a importância do estudo dos pensamentos machadianos, fundamentais para a criação de uma consciência educacional pertinente, até por conter traços do ensaio de Michel de Montaigne, que, apesar de estar no século XVI, é atemporal.

## **Referências**

ASSIS, Machado. *Contos*. São Paulo: Paz e terra, 1996, p. 69-79.

MONTAIGNE, Michel de. Da educação das crianças, in: *Ensaio*s. Tradução de Sérgio Milliet. Porto Alegre: Abril Cultural, 1972. Cap. 16, p. 79-93 (Coleção *Os pensadores*).

SILVA, Divino José da. “Filosofia, educação das crianças e papel do preceptor em Montaigne”, in: PAGNI, Pedro Ângelo & SILVA, Divino José (org.). *Introdução à filosofia da educação: temas contemporâneos e história*. São Paulo: Avercamp, 2007, cap. 5, pp. 113-120.